

A DEFESA DO ACORDO DA DÍVIDA

Não existe o risco de que a vinculação dos desembolsos das parcelas dos empréstimos dos bancos comerciais privados à liberação de recursos do Banco Mundial venha a comprometer a entrada do dinheiro, disseram ontem em Brasília, os negociadores do acordo brasileiro com o Comitê Assessor dos Bancos Privados Sérgio Amaral e Antônio de Pádua Seixas.

O Ministério da Fazenda convocou a imprensa ontem para distribuir o term-sheet — o protocolo do acordo — e “tirar as dúvidas” sobre seu conteúdo, segundo Amaral, o secretário de Assuntos Internacionais do ministro Maflson da Nóbrega. Ele negou que a divulgação do term-sheet tivesse sido precipitada pelas críticas aos termos do acordo, feitas pelo presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado, senador Carlos Chiarelli, que fez vazar na semana passada o texto do protocolo.

Amaral e Seixas procuraram desvincular a iniciativa da divulgação de qualquer ligação com o ataque do senador. Disseram que apenas na segunda-feira da semana passada o documento chegou ao Brasil, e que o governo esperou a volta do ministro Maflson da Nóbrega do Japão (sábado passado) para abrir seu conteúdo ao público. Eles ressaltaram ainda que esta é a primeira vez que um protocolo de acordo com os bancos privados é divulgado na íntegra.

O documento apresentado pelos negociadores da dívida é o mesmo que Chiarelli obteve na semana passada, com 170 páginas que descrevem, em inglês jurídico, os termos e condições da proposta que está sendo levada a todos os quase 700 bancos credores do Brasil. Os negociadores explicaram por que alguns dos pontos que constam do protocolo não foram incluídos no comunicado distribuído pelo Ministério da Fazenda ao final das negociações, entre os quais a vinculação dos desembolsos a projetos do Banco Mundial.

Amaral garantiu que o governo não quis esconder nada, mas selecionou para a inclusão no comunicado apenas os itens mais novos e importantes do acordo com os bancos. A vinculação dos desembolsos ao Banco Mundial, por exemplo, não cumpre esses critérios, segundo Pádua Seixas, diretor da Dívida Externa do Banco Central. É uma cláusula que já constou de acordos anteriores do Brasil e de outros países, como México e Argentina.

Essa cláusula atende a uma preocupação dos bancos, de garantir que o financiamento dos países do Terceiro Mundo seja dividido entre bancos privados, governos e agências internacionais, mas a seleção dos projetos do Banco Mundial foi feita com o cuidado de que não haja risco de suspensão dos pagamentos para o Brasil, garantiu Amaral. Alguns são projetos já aprovados e em andamento, e no caso dos ainda não aprovados está previsto que eles possam ser substituídos por outros, se houver algum problema para a assinatura do contrato.

Da mesma forma, a vinculação da liberação da segunda parcela do empréstimo à existência de uma minuta de acordo com o Clube de Paris (que reúne governos credores) atende também ao interesse em diversificar as fontes de financiamento, disse Amaral. Como a segunda parcela, de US\$ 600 milhões, só vai ser liberada em dezembro, há tempo suficiente para a conclusão do acordo com o Clube de Paris, que já começa a ser discutido, acredita Amaral.

Pádua Seixas também negou que a comissão de negociação da dívida no texto do comunicado sobre pagamentos adiantados de parcelas do principal (*down-payments*) que o Brasil fará em 91, 92 e 93, tivesse a intenção de esconder algo da opinião pública. Esses pagamentos representam um “sinal” do interesse do País em seguir amortizando o principal da dívida, o que deverá ocorrer a partir de 1995, e são praxe em reescalonamentos de longo prazo, disse Seixas.